

O fundamental para toda economia é manter altos níveis de eficiência

0866

Ives Gandra da Silva Martins
Especial para o DCI

Em momentos de dificuldades econômicas, o velho tema da presença do capital estrangeiro no País retorna à primeira linha de discussão, com acalorados debates, em todos os níveis, sendo travados, embora à luz dos mesmos pretéritos preconceitos.

A existência de mais de quatro dezenas de projetos, no Congresso Nacional, visando à alteração do estatuto jurídico que rege a participação dos interesses alienígenas, em nossa economia, oferece, meridionalmente, a estrutura básica das indagações colocadas, nem sempre com a imparcialidade e o espírito crítico necessários para a análise de toda a extensão da problemática pertinente.

Sem entrarmos no mérito da estratégia governamental, que levou o Brasil à conjuntura contraditória em que se encontra, onde a clássica e perigosa alternativa entre Scylla e Charybde é manifestada, com indesejável frequência, o certo é que chegamos a um ponto em que o fato e ascendente painel de problemas se defronta com o escasso e decrescente arsenal de soluções.

O mais sério e preocupante deles, por se inserir na própria estrutura dos detentores do poder, torna-se imune a qualquer terapêutica mais agressiva, pois, à evidência, deveria ser enfrentado a partir da autocirurgia da desestatização.

O crucial dilema está, portanto, em como conciliar os objetivos capitalistas de uma economia de estrutura socialista, onde a presença estatal, por meio de sua administração direta e indireta, é consideravelmente superior à presença privada. Pequenos erros de cálculo, como a projeção dos gastos das estatais federais, que se pretendia manter na faixa de Cr\$ 6 trilhões e que ficarão naquela de Cr\$ 8,7 trilhões, demonstram a dificuldade de compatibilização dos mecanismos de livre mercado da economia capitalista e aqueles rotineiros, políticos e de mercado cativo, próprios da economia socialista. Um pequeno erro de cálculo de Cr\$ 2,7 trilhões, ou seja um pequeno erro de cálculo equivalente a toda a exportação brasileira de 1981, ocorrido em um segmento da administração indireta federal, se praticado pela iniciativa privada poderia representar o colapso de toda a economia nacional, pela inexistência nesta do instrumental corretivo próprio do Estado, em que os déficits permanentes são cobertos por mais emissões, mais tributos e mais empréstimos.

A eficiência do sistema capitalista peculiar às empresas privadas - e fundamental à sua própria sobrevivência - é matéria despi-

cienda na presença estatal, pois as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as autarquias são, simultaneamente, unidades econômicas, na medida em que concorram, no mercado, preferencial ou supletivamente com a iniciativa privada, e unidades políticas, na medida em que permitam um fluir de influências e colocações para as pessoas ligadas ao poder, onde a amizade e a fidelidade são títulos maiores do que a capacitação profissional.

Embora pressentido pelas autoridades governamentais, o problema não é de fácil solução, permanecendo como um núcleo de contradição na conjuntura atual.

O crucial dilema tem sido, todavia, deslocado para uma falsa indagação, da qual, agora, cuidaremos.

Todos os planejadores deste País, governantes ou não, estão convencidos de que, na medida em que o País pudesse transformar parte de seu débito externo em capital de risco interno, ter-se-ia sensível alívio da pressão do serviço da dívida sobre todo o comportamento da economia nacional.

Na busca, entretanto, dos responsáveis pelas "performances" insuficientes, tem-se procurado fugir ao verdadeiro problema da excessiva estatização, a qual fere frontalmente o disposto nos artigos 160 a 174 da Constituição Federal, pois determinam os mesmos que o Estado apenas pode participar da economia supletiva e não preferencialmente.

O capital estrangeiro, no País, começa a ser novamente pinçado para uma eventual responsabilização dos resultados negativos, não obstante a parcela mais consciente das autoridades econômicas ter a certeza de sua utilidade, não se furtando à defesa de sua permanência, como fundamental elemento para a reversão do decrescente desenvolvimento do ano em curso.

O momento, todavia, não é dos mais oportunos na procura de falsos culpados, pelos resultados pouco satisfatórios dos verdadeiros responsáveis. Vejamos a razão.

De início, porque o próprio capital estrangeiro começa a sentir barreiras crescentes para saída de seus países de origem para os países hospedeiros. As pressões de sindicatos locais, que entendem que tal expatriação visa criar concorrência externa ao próprio nível de emprego interno, fazendo com que as multinacionais dos países hospedeiros vendam os seus produtos para os países de origem, são cada vez maiores, não mais podendo os Governos das nações desenvolvidas alhearem-se da problemática, até mesmo por uma questão de sobrevivência política.

Em segundo lugar, a recessão econômica é mundial, com o que o retorno às teorias protecionistas exige a necessidade de

desenvolvimento tecnológico ascendente e capacidade concorrencial superior, apenas sendo possível a evolução nesta área a partir de um patamar que a presença estrangeira possa propiciar.

De terceiro, porque os países em desenvolvimento adotam políticas variadas, havendo razoável abertura em muitos deles para a captação de tais recursos. A obstaculização de alguns países pode fazer pender a preferência aplicacional para outros não tão severos, com o que nações menos liberais poderão perder sensível terreno para outras, mais abertas e audaciosas.

Em quarta reflexão, porque os temores de controles externos são temores anteriores à compreensão do fenômeno pertinente às multinacionais. Os países árabes, que hoje controlam o fluxo da economia mundial, apenas chegaram à abundância de recursos que têm porque não criaram companhias petrolíferas estatais, mas se utilizaram do capital e tecnologia estrangeiros para a exploração de sua riqueza. E não são estas empresas que determinam a política da Opep, mas os próprios Governos produtores.

Como quinto ponto, vislumbra-se a tendência de as transnacionais transferirem os seus controles para os países que melhores condições lhes ofereçam, na medida em que em tais países cresçam com maior força que nos países de origem. O fenômeno já é tático no Brasil, onde alguns grupos importantes transferiram para o País os seus controles alienígenas.

Por último, o próprio estágio de desenvolvimento nacional está levando o Brasil a ter as suas próprias empresas multinacionais, com atuação no Exterior. É evidente que, pelo princípio da reciprocidade, de fundamental relevância em qualquer acordo econômico internacional, não se pode pretender que se adote política de restrições, a nível interno, e que se exija política de abertura, a nível externo.

Tais considerações perfunctórias faziam-se necessárias para o exame do problema, a fim de que as objetivas sejam corretamente focadas, evitando-se a distorção da imagem. No futebol, quando o time vai mal, muda-se primeiramente o técnico. Na economia, são mudados os jogadores, porque o técnico, normalmente, é o dono do time. Talvez nem uma, nem outra solução seja a ideal. Técnicos e jogadores são úteis, na medida em que a perspectiva seja corretamente visualizada. No atual estágio da economia brasileira, principalmente, até porque nunca foi tão evidente a manifestação do embaixador Roberto Campos, em prefácio para livro de nossa autoria, quando afirmou que "a boa regra de planejamento é sempre aceitar os fatos para resistir à fatalidade".

Pesquisa econômica DCI

Diretores

Waldemar dos Santos
Nelson Bastos dos Santos
Adel Naufal

Editor-chefe

Ângelo Sarubbi Neto

Secretário de redação

Silvio Mário Santos

Chefe de reportagem

João Silveira

Redatores e repórteres

Amundsen Lima, Carlos Drummond Moreira, Dalila Maria Alves, Édson Di Fonzo, Eliana Giannoccaro, Felipe Braz, Jorge Freitas (Rio), José Luiz de Godoy, Maria Cecília Teixeira, Maurílio Ferreira (Rio), Maysa Penna, Silvia de Souza Costa (Rio), Sérgio Horn e Vilma Netto Moreno.

Diagramação

Wilson R. A. de Almeida (chefe)
Rachel de Azevedo Varlotta

Ilustração

José Alberto Lovetro

Publicidade

Reinaldo Mina (gerente)